

## **GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA/ETNIA NO LIVRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DO PLNDEM-2021**

*Caio César Oliveira Gaspar<sup>1</sup> e Fernanda Telles Márques<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida no âmbito de uma proposta mais ampla (APQ 02373-21 FAPEMIG), que tem como tema a (des)articulação de marcadores sociais da diferença em livros didáticos do Novo Ensino Médio. O artigo objetiva refletir criticamente sobre como os marcadores de gênero, sexualidade e raça/etnia foram tratados em dois volumes de uma coleção de livros didáticos de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, recomendada pelo PNLD-EM 2021. Para isso, fez-se uso da análise categorial-temática em abordagem qualitativa. Como principais resultados, constatou-se que os livros apresentaram poucos textos que de fato dialogavam com alguns dos descritores pesquisados, sendo aqueles de maior destaque sexualidade e raça. Todavia não se aprofundaram na discussão ou não trouxeram reflexões detalhadas referentes à temática, apesar de terem sido diversas as oportunidades para isso ao longo do constructo da obra. Em conclusão, ainda que de boa qualidade em diversos aspectos, o material deixou de contribuir efetivamente no desenvolvimento da reflexão crítica e para a compreensão das articulações entre as categorias em discussão, deixando a essa responsabilidade, por conseguinte, para os livros de Ciências Humanas.

**Palavras-chave:** Marcadores sociais da diferença; Livro didático; Ensino Médio; Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

### **GENDER, SEXUALITY AND RACE/ETHNICITY IN THE PLNDEM-2021 NATURE SCIENCES BOOK**

### **Abstract**

This is a bibliographical research developed within the scope of a broader proposal (APQ 02373-21 FAPEMIG), which has as its theme the (dis)articulation of social markers of difference in New High School textbooks. The article aims to reflect critically on how markers of gender, sexuality and race/ethnicity were treated in two volumes of a collection of textbooks on Natural Sciences and their Technologies, recommended by PNLD-EM 2021. To achieve this, use was made of categorical-thematic analysis in a qualitative approach. As main results, it was

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Medicina da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Bolsista PIBIC CNPq-UNIUBE.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Araraquara, com pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de medicina da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação na Diversidade para a Cidadania – GEPEDiCi (CNPq/UNIUBE).



found that the books presented few texts that actually spoke to some of the researched descriptors, the most prominent being sexuality and race. However, they did not delve deeper into the discussion or did not bring detailed reflections regarding the theme, despite there being several opportunities for this throughout the construction of the work. In conclusion, although of good quality in several aspects, the material failed to effectively contribute to the development of critical reflection and to the understanding of the connections between the categories under discussion, leaving this responsibility, therefore, to the Human Sciences books.

**Keywords:** Social markers of difference. Textbook. High school. Natural Sciences and its Technologies.

## 1. Introdução

O artigo se dá no âmbito de uma pesquisa mais ampla<sup>1</sup>, e tem como objeto o volume “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” de uma coleção de livros didáticos do Ensino Médio, aprovada em recente Edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – EM (Edital de Convocação PNLD 03/2019). Nele, nos interessa refletir criticamente sobre como os marcadores de gênero, sexualidade e raça/etnia foram tratados em dois volumes de uma coleção de livros didáticos de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, recomendada pelo PNLD-EM 2021.

Para refletir sobre os marcadores implicados, recorreremos a autores que se vinculam ao campo de estudos dos marcadores da diferença, em especial Avtar Brah (2006). A autora entende que o gênero é apenas uma entre outras categorias localizadas em relações globais de poder, e cuja compreensão nos exige uma abordagem interseccional, ou seja, em articulação com outras categorias da diferença, tais como sexualidade, raça/etnia, classe social. Assim, pensar em marcadores da diferença pela perspectiva de Brah, é também refletir sobre a forma como tais diferenças podem, em determinados contextos, resultar em desigualdades interseccionadas.

A compreensão interseccional exige o trabalho com as categorias sem perder de vista a historicidade dos conceitos. Assim, sexo, gênero e diversidade sexual também foram discutidos a partir de Butler (2002); enquanto raça, etnia e etnicidade tiveram como referências principais Seyferth (1995), Munanga (2003) e Gomes (2011).

Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, a primeira feita a partir de um conjunto de leituras orientadas, nas quais se fundamentam os estudos de marcadores da diferença em perspectiva interseccional. A pesquisa documental envolveu a verificação da abordagem dos marcadores de gênero, sexualidade e raça/etnia no edital para o PNLD-EM 2021 (Edital de Convocação nº 03/2019).

---

<sup>1</sup> Trata-se do projeto.



Para analisar o livro didático recorreremos à Análise de Conteúdo (AC), em modalidade categorial temática (Bardin, 1995; Moraes, 1999). Destacamos que, embora a técnica tenha surgido no âmbito das abordagens quantitativas, também é possível observar seu uso em trabalhos realizados em abordagem qualitativa (Campos, 2004).

Os procedimentos foram: a) Leituras flutuantes do conjunto da obra; b) Codificação para posterior formulação das categorias de análise; c) Construção das categorias a partir do *corpus* teórico e das indicações advindas das leituras flutuantes; d) Recorte do material em unidades de registro; e) Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns; f) Inferência e interpretação à luz do referencial teórico.

Isto posto, o artigo se encontra organizado em três seções. Na primeira, fazemos uma breve contextualização histórica da produção das categorias gênero, sexualidade e raça/etnia. Na segunda seção refletimos sobre o lugar reservado a essas categorias no Edital de chamada PNLD-EM 2019, do qual resultou o Guia do Livro Didático do PNLD 2021. Este movimento nos permitiu chegar à terceira seção, na qual analisamos os lugares reservados aos referidos marcadores sociais da diferença em dois livros didáticos de ciências da Natureza recomendados pelo PNLD 2021 aos estudantes do Novo Ensino Médio.

## 2. Gênero, sexualidade e raça/etnia

Falar de gênero, sexualidade, raça e etnia nos exige a compreensão de contextos históricos distintos, envolvendo a participação de diferentes movimentos sociais que nem sempre estão em convergência. Nesse sentido, é interessante remontar o passado histórico dos anos em que ascendiam diversos movimentos sociais que surgiram em resposta às desigualdades e preconceitos sociais na primeira metade do século XX, partindo em defesa de minorias e buscando a visibilidade e a valorização das diferenças.

Dentre esses movimentos, destacamos a segunda onda do movimento feminista que, não só ampliou o debate sobre a sexualidade e o papel da mulher em sociedade, mas também trouxe diversas ideias e reflexões que reforçaram a compreensão da categoria gênero, muitas vezes associada ao pensamento da escritora e teórica social Simone de Beauvoir, com sua máxima “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Sobre essa perspectiva, podemos inferir que o entendimento de gênero extrapola as barreiras biológicas pré-determinadas ao nascimento e se constrói sobre a vida dos indivíduos a partir de influências culturais, históricas, ambientais e comportamentais do mundo e das pessoas que os circundam. Portanto, as concepções de gênero sobre “ser homem/comportar-se como homem” ou “ser mulher/comportar-se como mulher” estão intimamente ligadas à realidade sociocultural em que o indivíduo se insere e não necessariamente a um sexo atribuído no nascimento com base na genitália externa.

Analisando a produção do conceito de gênero, temos a antropóloga Gayle Rubin, que em 1975 propôs um esquema interpretativo a partir de um estudo



estruturalista sobre o sistema de parentesco. Observando a estrutura da sociedade patriarcal, ela notou que em várias culturas diferentes papéis sociais são determinados aos indivíduos conforme o sexo biológico. Nesse sentido, as mulheres eram, desde cedo, submetidas a tarefas e obrigações voltadas ao campo doméstico e de procriação da prole, enquanto os homens adquiriam funções políticas e militares com maior poder de influência na sociedade. Com isso, a antropóloga concluiu que a construção do gênero se relaciona a uma estrutura de poder legitimada pelo sistema de parentesco vigente, em que os deveres do indivíduo acabavam articulados ao sexo, o que faz da natureza biológica das pessoas um produto para a atividade humana (Rubin, 1983).

Posteriormente, para criticar e complementar o pensamento da antropóloga, a historiadora Joan Scott entrou na discussão sobre o tema. Para Scott, as concepções de Rubin estariam precipitadas ao limitar a visão de gênero à observação apenas do sistema de parentesco e suas estruturas de poder, ignorando, assim, determinantes como o mercado de trabalho, a educação e o sistema político de cada país (Scott, 2016; Márques, 2022b).

Com o avançar das discussões sobre gênero, em 1980, surgem mais debates que ampliariam essa concepção para outros patamares além de determinantes da mulher em sociedade. A filósofa Judith Butler, promove reflexões sobre a diversidade sexual e os impactos da lógica não binária na definição de gênero. Assim, Butler foi uma das responsáveis por lançar aos estudos de gênero questionamentos acerca das restrições da temática somente à análise dos condicionantes culturais atribuídos à mulher ou ao homem, o que fez trazendo para a discussão o tema das sexualidades não reprodutivas e pautas dos segmentos LGBTQIA+ (Márques, 2022b; Rodrigues; Márques, 2022).

Dessa maneira se forma o campo de estudos *Queer*, no qual as questões de gênero são discutidas levando-se em conta, também, a temática da sexualidade, tendo-se como uma das motivações a denúncia da exclusão do diferente pelas tramas do heterossexismo (Miskolci, 2009).

Cumprir observar que a questão da sexualidade se faz presente na educação escolar há muito tempo, ainda que as motivações nem sempre tenham sido emancipatórias. Longe disso, em sua vasta história da sexualidade, Foucault (1988) demonstrou que, ao final da Idade Moderna, na França, as escolas eram também espaços pensados para reger a sexualidade, colocando-lhe limites. O filósofo explica que “desde o século XVIII ela [a escola] concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores” (Foucault, 1988, p. 32-33).

No século XIX, na Europa e em diversos países por ela colonizados, estabeleceu-se a Educação Sexual escolar como uma estratégia para o combate à masturbação, então entendida como um grave vício moral. No Brasil, na década de 1920, essa ideia se fez presente em programas escolares para crianças acima de 11 anos, nos quais, além do tema da masturbação, também se falava a um público masculino sobre doenças venéreas e a um público feminino sobre o papel de mãe e o cumprimento das “obrigações” de esposa (Sayão, 1997).

Adotando uma perspectiva fundamentada nas teorias higienistas muito em voga na primeira metade do século XX, no ano de 1933 foi fundado o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (SBES), que se manteve em funcionamento até 1945. Seu fundador, o médico José de Oliveira Pereira de Albuquerque, postulava que “[...] a função sexual não é imoral, entretanto, como todas as demais, pode ser imoralizada, quando desviada de suas verdadeiras finalidades”, sugerindo-se, então, sua restrição à reprodução. Ao mesmo tempo, na condição de cientista, Albuquerque sustentava que “[...] a educação sexual não atenta contra a moral de religião alguma, porque se funda na verdade dos fatos científicos, que as próprias religiões ensinam cultuar com a sua advertência: não mentir” (Albuquerque, 1958, *apud* Carrara; Carvalho, 2016, p. 166)

Foi em seu trabalho que vimos pela primeira vez, no Brasil, a defesa de que a escola pode e deve falar em sexualidade sem que isso implique em desrespeito aos valores familiares. Em sua obra fica clara a defesa de que “[...] a educação sexual deve ser iniciada pelos pais, *continuada pelos mestres*, e terminada pelos médicos” (*idem*, p. 167; sem grifos no original). Na prática, entretanto, muitos professores se eximiam da tarefa, uma vez que não havia uma disciplina específica para tratar do assunto. Assim, nas décadas seguintes, tornou-se comum que o tema só fosse abordado pelos professores de Biologia e, mais tarde, de Sociologia.

Em 1965, no início da ditadura civil-militar, uma Portaria do estado de São Paulo proibiu os professores das disciplinas citadas de mencionarem sexualidade e contracepção, iniciando um processo de silenciamento que se estendeu a outros estados da União e perdurou até o início da reabertura política, nos anos 80. Vê-se, assim, que o debate sobre a inclusão do tema da sexualidade nas escolas brasileiras já percorre bons anos na história do país, passando por altos e baixos da luta em que defende a divulgação democrática de informações para melhor entendimento social sobre a questão.

Rompendo com a ideia, fortificada durante o Estado de exceção, de que os debates sobre sexualidade devem ser restritos somente à esfera familiar, na década de 1990, após muita luta no Congresso e nas bases do Ministério da Educação, foi aceito que a discussão fosse abordada de maneira transversal na educação básica, o que resultou em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1997 (Brandão; Lopes, 2018; Márques, 2022b).

Em 2017, com a publicação da Base Nacional Comum curricular (BNCC), a abordagem do tema sofreu nova alteração, tornando-se intencionalmente aligeirada. No documento de 600 páginas, a sexualidade foi reduzida a três rápidas menções, todas referentes ao componente de Ciências da Natureza. Em duas delas se estabelece que, nos anos finais do ensino fundamental, devem ser “[...] abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária” (Brasil, 2017, p. 327), e na última se apresenta a habilidade EF08CI11, a saber: “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (*idem*, p. 349).

Como parte deste processo, os materiais didáticos também atenderam a diferentes orientações ao longo da história, tendo até recentemente predominado uma abordagem determinista e normativa, com ênfase na dimensão anatomofisiológica da sexualidade.

Quanto à categoria gênero, a situação não foi diferente. Nos livros didáticos, por muito tempo era comum que homens fossem retratados apenas exercendo trabalhos braçais ou intelectuais e mulheres limitadas ao exercício de trabalhos domésticos. Dessa maneira era imposto uma visão patriarcal sobre a sociedade e omitida qualquer outra diversidade que escapasse da estrutura de poder vigente, numa situação que perdurou até a implementação dos PCN e que deixou resquícios observáveis nos anos 2000, como demonstra a pesquisa de Rosa (2016).

Além dos marcadores de gênero e sexualidade, a pesquisa também se volta aos marcadores de raça e etnia, buscando compreender o tratamento que tais conceitos estariam recebendo no livro didático aprovado pelo edital do PNLD-EM 2019.

A categoria raça surge primeiramente no campo taxonômico da biologia e, posteriormente, é utilizada como uma expressão de diversidade humana. O primeiro uso sob essa perspectiva se dá na transição para a Idade Contemporânea, em um momento em que a colonização e a escravidão eram concomitantes e se discutia sobre o surgimento da Humanidade a partir de olhares monogenistas e poligenistas.

Em 1806 o alemão Johann Friedrich postulou a existência de cinco principais raças humanas, a caucasiana, mongólica, etiópica, americana e malaia. Sobre um primeiro panorama essas diferenciações não tinham o objetivo de dividir a espécie humana em subtipos. Todavia, esse modelo favoreceu trabalhos como o de Georges Cuvier, que disseminou teorias que associavam as diferenças culturais e comportamentais de cada povo a aspectos biológicos e fenotípicos identificados como raça. Essas primeiras perspectivas abriram brechas para o surgimento de teorias como o racismo científico e o determinismo biológico, que surgiram para justificar as desigualdades sociais e perpetuar preconceitos sociais de uma maneira que fosse legitimada (Seyferth, 1995; Munanga, 2003; Márques, 2022).

Nas escolas do Brasil, último país do continente americano a abolir a escravidão, a questão étnico-racial foi negligenciada até muito recentemente. Nesse contexto, formou-se uma cultura escolar em que se naturalizava a prática de apresentar imagens do negro em livros e outros materiais didáticos apenas em associação à escravidão e, mais tarde, à luta por sua liberdade.

Dessa maneira, o não reconhecimento cultural da relevância desses povos, por exemplo na conquista pela democracia, e a omissão da ampla história deles principalmente nos materiais didáticos escolares, foi um entrave encontrado no país por diversos anos, que contribuiu para a ascensão de uma ideologia do branqueamento cujos efeitos ainda se percebe nos dias de hoje (Márques, 2022a; Ferreira; Márques, 2022).

Nesse contexto, encontramos fortes raízes históricas para o estabelecimento de um racismo estrutural ao longo do território nacional que opera pela redução da população negra a uma condição de subalternidade, o que é feito colocando a identidade branca em um “lugar de norma, impondo-se como meta a ser alcançada” (Márques, 2022).

Como estratégia de enfrentamento ao apagamento histórico da importância do povo negro para o país, o século XXI teve início com a formulação de dispositivos legais pelos quais se pôde desencadear uma política de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Silva e Márques (2022, p.357) explicam o processo:

Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do país. Na sequência, foram apresentados o Parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalhou os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei.

Tal política, entretanto, foi descontinuada em 2016, quando o Ministério da Educação passou às mãos de um político de carreira que já havia se manifestado contrário às ações afirmativas – em especial à políticas de cotas, ao mesmo tempo em que o Ministério das Mulheres, da Igualdade e dos Direitos Humanos (MMIRDH), que abrigava a pasta da Igualdade Racial, foi extinto.

### **3. Marcadores da diferença no Edital de chamada PNLD-EM 2019**

Nessa seção apresentaremos dados produzidos a partir da análise do Edital de chamada PNLD-EM 2019, do qual resultou o Guia do Livro Didático do PNLD2021.

A análise documental se deu com base em diretrizes fornecidas por Cellard (2012), que destaca a importância de se verificar, antes da abordagem dos conceitos-chave, o contexto de produção do documento, a autoria e a autenticidade do texto.

Assim, a partir deste autor iniciamos o trabalho buscando o documento no próprio Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para garantir os critérios de confiabilidade. O uso do formato digital foi também um facilitador da pesquisa e da localização dos descritores ao longo de todo o arquivo.

No primeiro contato com o material foi realizada uma leitura flutuante, pela qual tomamos conhecimento das várias seções em que o documento de 127 páginas se organiza. São elas: 1 Do objeto; 2 Das características das obras; 3 Da acessibilidade; 4 Das condições de participação; 5 Dos prazos de inscrição; 6 Da inscrição; 7 Da triagem; 8 Da avaliação pedagógica; 9 Da escolha; 10 Da

habilitação; 11 Da negociação; 12 Do contrato administrativo; 13 Da produção; 14 Do controle de qualidade; 15 Da distribuição; 16 Das disposições gerais; Anexos. Por ocasião da leitura flutuante observamos os conteúdos contemplados e os critérios adotados para a aprovação das obras didáticas de maneira geral.

Concluída esta etapa, com o auxílio de uma ficha elaborada para este fim, iniciamos a análise propriamente dita, que envolveu a verificação da abordagem dos marcadores em discussão no decorrer do documento. As buscas enfocaram a presença dos seguintes termos: sexualidade/sexual, gênero, raça/racial, etnia/étnico; dessa forma, procuramos identificar como os descritores associados a cada marcador foram abordados, o sentido que lhes foi atribuído no contexto, cabendo uma análise interpretativa de cada um e sendo feitas as devidas observações conforme as definições e os vieses identificados. Do preenchimento da ficha resultaram os quadros que balizam a discussão a seguir, iniciada com os descritores sexualidade/sexual.

#### **Quadro 1: Edital de chamada PNLD 2019: sexualidade/sexual.**

<b>SEÇÃO</b>	<b>SUBSEÇÃO E TRECHO</b>
ANEXO III 2. Critérios de avaliação	"2.1.2.1. Em decorrência do marco legal supracitado, a obra didática deve: a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de <b>orientação sexual</b> , de idade, de linguagem, de deficiência, religioso, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos" (p. 52).
ANEXO VII 2. Critérios de avaliação	"2.1 [...] Não serão selecionadas obras que apresentem preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, <b>sexual</b> e de gênero, religioso, entre outros, tampouco aquelas que incitem a violência entre seres humanos ou contra outros seres vivos, em qualquer uma de suas diversas manifestações" (p.95)

**Fonte:** dados da pesquisa (2023).

Conforme se vê no quadro 1, a questão da sexualidade pouco apareceu no Edital em discussão. Identificamos apenas duas passagens em que o documento faz menção a essa importante dimensão da existência humana.

A este respeito, é válido destacar que as duas passagens trazem basicamente um sentido jurídico-político, ressaltando a exigência do cumprimento da legislação educacional vigente que, em consonância com o texto constitucional, se coloca contrária a qualquer expressão de preconceito e discriminação no âmbito escolar – incluída a questão da orientação sexual. Assim, o documento não trouxe, em suma, uma análise mais detalhada sobre os assuntos que englobam o debate da temática sexualidade humana, não especificando o que convém que seja abordado pelo livro didático do Novo Ensino Médio, nem sugerindo nenhum uso aos autores, mas apenas se contrapõe aos vieses discriminatórios.

Situação semelhante foi observada ao passarmos para o descritor associado ao marcador de gênero. Constatamos que das 47 menções totais encontradas no documento, 43 não atendiam aos critérios da pesquisa por

serem referentes ao campo da linguagem (30 referentes a gênero literário, 10 a gênero discursivo, duas a gênero virtual e uma a gênero artístico). Restaram, assim, apenas três passagens em que se faz menção a gênero, que são as que se apresentam no quadro a seguir:

**Quadro 2: Edital de chamada PNLD 2019: gênero.**

SEÇÃO	SUBSEÇÃO E TRECHO
ANEXO III 2. Critérios Eliminatórios Comuns	"2.1.2.1. Em decorrência do marco legal supracitado, a obra didática deve: a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, de deficiência, religioso, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos". (p. 52)
ANEXO VII 2. Critérios de Avaliação	"2.1 Adequação temática no âmbito do ensino médio. [...] Nesse sentido, deve ser destacada a presença de protagonistas e sujeitos líricos de diferentes raças e etnias, gêneros, origens geográficas, classes sociais, faixas etárias etc. Não serão selecionadas obras que apresentem preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, sexual e de gênero, religioso, entre outros [...]". (p. 95)
ANEXO VII 2. Critérios de Avaliação	"As obras podem abordar, de forma crítica, os males gerados por esse tipo de violência, inclusive, ressaltando a necessidade de respeito à diferença (seja ela etária, de pertencimento étnico-racial, de classe, de gênero etc.)". (p. 96)

**Fonte:** dados da pesquisa.

As passagens acima não expressam todas o mesmo sentido. Na primeira se repete a ênfase na dimensão jurídico-política e no compromisso em não aceitar obras dotadas de preconceitos ou teor discriminatório; na segunda, essa abordagem se expande para o reconhecimento do protagonismo de sujeitos coletivos variados – e não apenas dos representativos de identidades sociais hegemônicas. Apenas na terceira passagem se faz presente uma concepção de gênero como marcador social da diferença. Ainda que muito oportuna, tal concepção, entretanto, está longe de ser a mais atual, tratando-se da perspectiva vislumbrada na segunda onda do movimento feminista e discutida em trabalhos dos anos 80 e 90, como o da historiadora Joan Scott (2016).

Dessa forma, fica evidente que os debates sobre questões de gênero foram pouco considerados enquanto pré-requisitos para as obras serem aprovadas, cabendo apenas rápidas observações sobre os riscos do *bullying* e da radicalização da violência relacionada à não aceitação das diferenças.

A abordagem passa a se mostrar mais atualizada apenas ao iniciarmos as buscas relacionadas ao terceiro marcador: raça/racial. No total encontramos quatro passagens em que o tema é abordado. São as que seguem:

**Quadro 3: Edital de chamada PNLD 2019: raça/racial**

SEÇÃO	SUBSEÇÃO E TRECHO
ANEXO III 2. Critérios Eliminatórios Comuns	2.1.1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação): [...] Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) [...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 01/2004) (p. 51)
ANEXO III 2. Critérios Eliminatórios Comuns	"2.1.2.1. Em decorrência do marco legal supracitado, a obra didática deve: a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, de deficiência, religioso, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos". (p. 52)
ANEXO VII 2. Critérios de Avaliação	"2.1 Adequação temática no âmbito do ensino médio. A aprovação das obras literárias será realizada com vistas à diversidade de temáticas e contextos sociais, culturais e históricos, o que inclui, por exemplo, as vivências de populações africanas, afro-brasileiras e indígenas, bem como a vivência de mulheres. Nesse sentido, deve ser destacada a presença de protagonistas e sujeitos líricos de diferentes raças e etnias, gêneros, origens geográficas, classes sociais, faixas etárias etc.". (p. 95)
ANEXO VII 2. Critérios de Avaliação	Tema: Bullying e respeito à diferença - Problemas enfrentados no que se refere ao assédio moral e físico no cotidiano escolar. [...] As obras podem abordar, de forma crítica, os males gerados por esse tipo de violência, inclusive, ressaltando a necessidade de respeito à diferença (seja ela etária, de pertencimento étnico-racial, de classe, de gênero etc.)" (p. 95-96)

**Fonte:** dados da pesquisa (2023).

As primeiras passagens em destaque estão associadas ao termo étnico-racial, relacionado a uma geração mais recente do movimento negro e bem discutido em trabalhos como os de Nilma Lino Gomes entre outros/as. Os primeiros destes achados, ambos constitutivos dos Critérios Eliminatórios, descritos no Anexo III apontam para uma preocupação de caráter jurídico-político, enfatizando novamente a exigência de cumprimento de uma legislação educacional que se anuncia como contrária à disseminação de preconceitos, estereótipos e discriminações, e que atende ao Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010) em sua plena articulação com a Constituição Federal (Brasil, 1988).

Os últimos achados, referentes ao Anexo VII, encontram-se na esfera social/política destacando a facultatividade das instituições em abordar a violência de origem étnico-racial em suas obras.

Na seção "Adequação temática no âmbito do Ensino Médio", verificamos que seu conteúdo também é sugestivo de um alinhamento com o trabalho do movimento negro, posto que nele se enfatiza a obrigatoriedade de, ao abordar a história do Brasil, contemplar também o protagonismo dos diferentes povos aqui presentes, e não apenas os europeus e seus descendentes.

Nessa lógica, é notório que ao longo do edital foram poucas as vezes que o termo racial esteve presente, e na maioria das vezes em que isso aconteceu, houve a associação “étnico-racial”.

Em síntese, pôde-se verificar que o edital reforça, de maneira vaga, que os livros didáticos não serão aprovados caso expressem preconceitos e estereótipos, e que neles a presença do povo negro na história do Brasil deve ser abordada. Nesse sentido, cumpre destacar que o documento nada diz quanto ao papel do movimento negro neste processo e também não faz sugestões acerca de como o livro didático deve abordar a necessária ressignificação da importância histórica desses povos, mantendo-se preocupado em frisar o combate à discriminação, mas sem necessariamente apontar para a promoção da inclusão.

Sobre o marcador etnia/étnico, pouco mencionado no Edital, nosso entendimento é que, quando usado isolado (sem a conjugação étnico-racial), o termo e seus derivados têm um sentido sociocultural próximo à concepção neoculturalista que teve seu apogeu nos anos 80, “constituindo um ‘sistema de significações’ coercitivas que realizam a distinção entre o ‘nós’ e os ‘outros’ que serve de base para a ação e interpretação do outro (Drumond, Aronson, De Vos, Deshen, Epstein, Simon)” (Viana, 2007, p. 17). É o que sugerem tanto a seção 1.4.1.12, sobre os Critérios eliminatórios específicos da obra didática da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em que se estabelece que o Livro didático deve “Trabalhar com limites e potencialidades do relativismo, proporcionando o debate acerca da importância da etnomatemática e da etnociência” (p. 84), quanto a já discutida seção 2.1 dos Critérios de avaliação, em que se destaca o reconhecimento de “protagonistas e sujeitos líricos de diferentes raças e etnias, gêneros, origens geográficas, classes sociais, faixas etárias etc.” (p. 95).

#### **4. Gênero, sexualidade e raça/etnia em livros didáticos de Ciências da Natureza e suas Tecnologias**

Depois de analisar o Edital de Convocação PNLD 03/2019 com vistas a verificar se e como marcadores sociais de gênero, sexualidade e raça/etnia se fazem presentes, passamos ao trabalho com dois livros didáticos de Ciências e suas Tecnologias do ensino médio. Trata-se das obras “Universo e Evolução” e “Humanidade e Ambiente”, ambas com autoria de José Mariano Amabis *et al.* Lançadas pela editora Moderna no ano de 2020, as obras fazem parte da coleção Moderna Plus, elaborada para o Novo Ensino Médio e aprovada pelo edital em discussão.

Segundo os procedimentos metodológicos da análise categorial (Moraes, 1999), o primeiro contato com o material se deu por meio de uma leitura flutuante, da qual tiramos nossas primeiras impressões sobre os conteúdos e a forma como estão apresentados. Nesse sentido, esse primeiro momento foi importante para que pudéssemos nos familiarizar com a estrutura das obras e o modo com o qual os tópicos foram abordados, além de, já nessa fase, destacarmos, para posterior análise, alguns pontos que mais chamavam a

atenção para a pesquisa e que trouxeram à tona temas relevantes considerando o diálogo com marcadores de sexualidade, raça, gênero e etnia.

Dessa forma, constatamos que o material analisado possui uma boa apresentação visual que colabora para a abordagem didática dos conteúdos, organizando e subdividindo bem os parágrafos e os tópicos para garantir o entendimento do estudante sobre o que está sendo colocado. Nesse contexto, ele cumpre com seu papel pedagógico ao trazer uma distribuição lógica e organizada de textos, com imagens de boa qualidade em termos de nitidez, correspondentes a cada tópico, sempre buscando fazer uma associação e envolver elementos de conhecimentos populares sobre o tema a fim de introduzir o estudante sem desprezar aquilo que provavelmente ele já conhece sobre o assunto.

Ainda na leitura flutuante verificamos que ambos os livros possuem 162 páginas distribuídas em 12 capítulos. No volume "Humanidade e Ambiente" (doravante chamado de L1) os temas são variados, mas destacam-se as questões da sustentabilidade e das relações do homem com a natureza. Já no livro "Universo e Evolução" (que passamos a chamar de L2) os temas que se destacam são a origem do universo e das espécies, considerando a temática da evolução e do desenvolvimento humano ao longo do tempo.

Após a leitura flutuante e destacadas as primeiras impressões, seguimos para a primeira etapa de análise dos materiais, começando pelo L1. Nessa etapa do trabalho recorremos ao arquivo digital para melhor procurarmos pelos marcadores sociais ao longo da obra. Desse modo, as buscas foram feitas considerando-se os descritores sexualidade, gênero, raça e etnia. Como também nos interessavam derivações, para o descritor sexualidade foi feita a pesquisa digitando o radical SEX (sexual, sexologia, sexualidade, homossexualidade, etc.), para o descritor gênero, foi feita a pesquisa digitando a própria palavra "gênero", para o descritor raça buscamos por RACI (racial, racializada, racismo, raça) e, por fim, para pesquisarmos sobre a etnia utilizamos aos radicais ÉTN (étnico, étnico-racial) e ETNI (etnia, etnicidade).

Com os resultados e a fim de analisarmos a quantidade deles ao longo da obra e a sua relevância na abordagem de temas transversais correspondentes, alimentamos uma planilha contendo as seguintes seções: título do capítulo; títulos da seção e da subseção quando houver; passagem (trecho em que aparece o radical); articulação com o edital. No decorrer do preenchimento da planilha verificamos que a maior parte das passagens não tinha articulação direta com o Edital e que os radicais conduziram também a palavras sem relação com os descritores, o que nos levou a um processo de triagem.

Os mesmos procedimentos foram depois realizados com o L2. Chegamos, assim, à seguinte tabela, em que se apresentam os dados quantitativos resultantes desta etapa da pesquisa:

**Tabela 1 – Marcadores da diferença nos livros em análise**

	<b>L1</b>	<b>L2</b>
Sexualidade/sexual [ SEX ]	24	05
Gênero/generificado [ GENER ]	03	13
Raça/racial/racismo [ RAC ]	01	08
Etnia/étnico [ ETN ]	00	01

**Fonte:** dados da pesquisa (2023).

Na etapa seguinte passamos à análise qualitativa, que envolveu o estabelecimento das categorias de análise a partir do *corpus* teórico e das indicações advindas das leituras flutuantes, bem como a inferência à luz do referencial teórico. Assim, chegamos às categorias “educação para uma vivência saudável das relações de gênero e da sexualidade” e “educação para as relações étnico-raciais”.

Voltando o olhar ao L1, de todos os capítulos, sua principal articulação com a pesquisa se dá no capítulo “Reprodução Humana”. Logo na introdução deste capítulo é notória a presença de um elemento não muito comum. Nela se destaca a foto de uma mãe segurando sua criança que foi o primeiro bebê de proveta da história juntamente também com o médico responsável por este procedimento. A foto se faz acompanhar de um texto explicativo que contextualiza toda a situação da fertilização *in vitro* e aponta as inovações representadas por este método.

Assim, entendemos que o livro acerta ao chamar a atenção do estudante, já no início, para a presença da cultura também na reprodução humana, mostrando o empenho humano na transposição das barreiras biológicas. Isso aponta, ainda, para a democratização do conhecimento acerca da possibilidade de diversos casais terem filhos – em princípio apenas em razão de problemas de fertilidade, e mais tarde também devido a vivências conjugais homoafetivas.

Todavia, a análise do material levou a perceber que o capítulo poderia ter sido melhor explorado em algumas passagens, trazendo à tona discussões de alta relevância para os jovens, como por exemplo, na seção 5, intitulada “O controle da reprodução humana”. Nesta parte do capítulo, os autores poderiam trabalhar a importância de se fazer as prevenções corretamente ao realizar atividade sexuais e as consequências do uso inadequado ou não uso desses meios.

Na página 134, enquanto discute o segundo tópico do capítulo, o livro apresenta um box denominado de “dialogando com o texto” que merece ser destacado:

A sexualidade humana é um assunto polêmico, que pode envolver preconceitos e regras de conduta diversas. Na área do comportamento sexual há grande diversidade de práticas e de opiniões. Nossa sugestão é que você e alguns colegas organizem

um grupo de pesquisa para verificar a opinião das pessoas sobre a seguinte questão: o sexo deve sempre ter finalidade reprodutiva? Quais seriam suas outras eventuais finalidades? (L1, p. 134).

Como se vê, o excerto reconhece a diversidade de práticas existentes no campo do comportamento sexual humano e, ao situar o assunto como “polêmico”, convida os jovens a uma atividade de coleta de “opiniões das pessoas” a respeito da finalidade das relações sexuais para nossa espécie. Não obstante a importância de se ter claro que numa mesma sociedade coexistem diferentes maneiras de conceber e lidar com a sexualidade, chama a atenção que não tenha sido apresentado ou mesmo indicado na página nenhum texto base a ser cotejado pelos alunos com as opiniões gerais que serão por eles colhidas, o que aponta o risco de a atividade se prestar a um reforço do senso comum. Vale destacar que os únicos links disponibilizados referentes ao capítulo vieram ao final do obra, na seção “ampliando os conhecimentos”. Neles, são apresentados sites que debatem cientificamente a reprodução, além de uma sugestão bibliográfica que não remete essencialmente ao debate da sexualidade, mas apenas apresenta informações sobre a vida na adolescência.

Em última instância, a responsabilidade pelo fornecimento de conteúdo teórico que sustente o desenvolvimento dessa temática ficará a cargo do professor ou somente dos estudantes, que nem sempre terão acesso a fontes cientificamente corretas e atualizadas, que devem estar na base de uma educação para uma vivência saudável das relações de gênero e da sexualidade.

Referida educação pressupõe uma abordagem inclusiva, não coercitiva e respeitosa em relação à diversidade sexual e de gênero, o que implica não se limitar a uma simples transmissão de informações sobre anatomia e reprodução, adentrando, ainda, nas dimensões culturais, políticas e afetivas da vivência sexual. Para que isso ocorra, é preciso acompanhar a produção acadêmica da área, reconhecendo-se que tanto os estudos de gênero quanto as pesquisas sobre a sexualidade humana acumulam décadas de uma produção intelectual mais comentada (e criticada) do que efetivamente lida e estudada.

Ainda analisando a abordagem da categoria “educação para uma vivência saudável das relações de gênero e da sexualidade” no L1, chamamos a atenção para a ausência de qualquer menção às identidades e expressões de gênero, embora tenham tido boas chances para essa temática ter sido trabalhada.

As poucas menções ao marcador de gênero feitas na obra (ao todo apenas três subtrechos foram identificados) são atribuições de sentido relacionadas ao campo científico da taxonomia e das classificações dos seres vivos. Falta uma abordagem de transversal que dialogue com as ciências humanas afim de enriquecer o conhecimento dos estudantes com relação à diversidade humana e suas formas de identidade. Embora tenham sido muitas as oportunidades para tal – principalmente ao longo do capítulo 11.

Continuando a discussão, vale a análise do tópico “Educação para as relações étnico-raciais”. Foi curioso o fato de que ao longo da pesquisa, assim como ocorreu com a procura do descritor de gênero, pouquíssimo foi falado

sobre o termo raça e suas derivações (racismo, racial, desracilizado). Ao longo do documento, após a triagem feita pela pesquisa nesse descritor, foi identificado apenas um subtítulo que trazia uma atribuição ao termo “racista”, na página 67 no capítulo que fala sobre a dinâmica de populações. Nessa única ocasião, esse termo foi usado apenas para destacar que o método de controle populacional através da natalidade, antes considerado uma iniciativa racista, é hoje reconhecido pela maior parte dos países como uma alternativa para a manutenção da estabilidade demográfica –, não trazendo assim qualquer menção à luta contra o racismo ou a presença dos estereótipos que envolvem essa discussão tão relevante atualmente.

Além disso, ao pesquisarmos o descritor ÉTN e ETNI não foi encontrado qualquer tipo de menção à temática por toda a obra. Dessa forma, apesar de o subtítulo da obra ser “Humanidade e ambiente”, pouco vimos de conhecimento transversal que dialogue com o campo das ciências humanas, mesmo contando que é impossível separar temas tratados por essa área do conhecimento da abordagem científica ao discutir sobre a humanidade e suas características.

Passando agora à análise da pesquisa feita no livro 2 (Universo e Evolução), na abordagem categorial “educação para uma vivência saudável das relações de gênero e da sexualidade”, temos que, na pesquisa feita pelo descritor SEX na procura de elementos que envolvam a temática da sexualidade, foram encontrados apenas cinco trechos. Neles a palavra “sexual” apenas faz menções ao campo biológico de hormônios sexuais ou características sexuais de espécies, e à obra produzida por Darwin “A origem do homem e a seleção sexual”, não apresentando maiores articulações com o proposto no Edital nem possuindo ligação com discussões transversais com o campo das ciências humanas.

Assim, embora o foco principal dessa obra seja, de fato, o debate científico da origem do universo das espécies e dos seus processos evolutivos, ainda existem capítulos onde poderiam ter sido inseridos temas relacionados a sexualidade, por exemplo, no capítulo 9 “A formação de novas espécies e dos grandes grupos de seres vivos”, que, mediante articulação contextualizada, seria interessante apresentar a diversidade entre os seres ao longo de sua evolução e na existência de padrões distintos como aqueles homoafetivos, podendo ser uma boa alternativa para normalizar essas diferenças dentro dos paradigmas existenciais e desconstruir uma visão de práticas de como essa serem antinaturais.

Ainda nesse contexto, semelhante ao primeiro descritor pesquisado, e também ao que foi observado no L1 no L2 também foi pouco o espaço destinado à abordagem transversal de questões de gênero. Das 13 aparições do radical GÊNERO no L2, todas elas fazem menção a gênero apenas no sentido científico e taxonômico, não possuindo articulação com os critérios do edital de produção das obras literárias. Todavia, apenas duas passagens, voltadas exclusivamente ao professor, tratam de questões de gênero como um marcador social, fazendo uma recomendação bastante interessante:

Para o docente, recomendamos o interessante artigo a seguir, que aborda estereótipos representacionais da mulher em Ciências: CAMPOS, A.; RIBEIRO, L. A. Representação de gênero na divulgação científica: uma análise da série Cosmos. *Journal of Science Communication – América Latina* [...] (L2, p. LXXXIII) [...]

II. Conheça Vera Rubin, a astrônoma e rainha das galáxias! Espaço do conhecimento UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/vera-rubin/>. Acesso em: 9 ago. 2020.

O texto apresenta uma breve biografia da cientista Vera Rubin, a primeira a constatar que a matéria escura está presente na maior parte do Universo. Além disso, Vera Rubin se destacou por lutar pela permanência de mulheres na área de exatas e ciências<sup>1</sup>. (idem, p. L)

Ao explicar sobre a cor e a temperatura das estrelas no capítulo sobre a origem dos elementos químicos, o livro consegue contribuir para a transversalidade anunciada pelo Novo Ensino Médio, quando convida o docente a comentar a relevância dos trabalhos de Williamina Fleming e Annie Jump Cannon para a criação de um sistema classificatório com base na análise espectral de estrelas e a partir daí expandir a reflexão para a participação da mulher na pesquisa científica. O problema está no fato de que se trata, apenas, de uma sugestão ao professor para uma atividade complementar – que pode ou não vir a se realizar.

Passando à análise da categoria “educação para as relações étnico-raciais”, verificamos que no L2 os radicais RAC e ETN aparecem em nove passagens, todas alinhadas com o Edital do PNLD em discussão.

Destacamos, neste sentido, reflexões que se apresentam no capítulo sobre a evolução humana, que fazem contribuições da genética capazes de colaborar para a desconstrução de estigmas gerados em meio ao racismo científico do séc. XIX. Neste capítulo, a abordagem transversal envolvendo cultura e desconstrução de vieses de racialização é feita por meio de uma oportuna leitura complementar que encerra a seção, em que se aborda o conceito de desracialização da espécie humana, explicando o motivo de todos sermos iguais perante a natureza e não existir biologicamente a divisão da humanidade em raças.

A seguir são apresentadas as reflexões do professor Sérgio Danilo Pena em seu texto *Receita para uma humanidade desracializada*. O texto nos leva a pensar em uma humanidade em que a diversidade de fenótipos seja a expressão da individualidade humana, sem preconceitos. Como você vê essa perspectiva? Após

<sup>1</sup> Esse trecho foi localizado a partir dos descritores de gênero. Contudo, ao pesquisar a palavra mulher, tivemos acesso a outro link que recomenda uma leitura na qual se aborda a luta pela ampliação do ingresso e permanência das mulheres nas ciências exatas.

ler o texto proponha ao professor e aos colegas um debate sobre um tema tão importante e atual como esse. (L1, p.129)

Como se vê, ao tratar da questão étnico-racial o material em estudo forneceu uma referência bibliográfica, de modo a não deixar a discussão sobre o tema restrita ao campo das opiniões pessoais e do senso comum.

Por outro lado, apesar da ampla possibilidade de trazer uma boa discussão sobre tópicos de raça/combate ao racismo, etnia e cultura ao longo de toda a obra em capítulos como “Fundamentos da Evolução Biológica” ou “A formação de novas espécies e dos grandes grupos de seres vivos”, que trazem perspectivas justamente da criação de teorias evolucionistas e da diversidade das espécies fazendo isso parte da natureza, a obra carece de tal característica, deixando essa ressalva apenas para o capítulo “A Evolução Humana”.

Como destacado por Guimarães (1999) e Munanga (2003), embora o conceito de raça, tal como utilizado em relação a variações da espécie humana, nada tenha de biológico, permanece em circulação um uso do termo “raça” como indicativo de diferenças fenotípicas (como a cor da pele e outros critérios morfológicos) e de lugares a serem ocupados em uma hierarquia social. Isto posto, frente à ocorrência de um processo ideológico pelo qual as relações de poder *ainda* são justificadas com base em diferenças fenotípicas entre seres humanos, era esperado que o livro didático de ciências da natureza assumisse com firmeza o compromisso de esclarecer a posição da ciência a respeito.

Nas orientações para o professor, este compromisso fica sugerido pela observação das competências da BNCC que estariam sendo desenvolvidas ao se promover uma discussão a respeito “das circunstâncias ambientais, culturais e sociais do racismo” (L2 p. LXXIII).

## 5. Considerações finais

Os dados produzidos pela pesquisa identificaram que o Edital para o PNLDEM 2021 (Edital de Convocação nº 03/2019) destaca a necessidade de cumprimento da legislação para que os livros didáticos se apresentem livres de preconceitos de cunho sexual, étnico-racial e de gênero, estabelecendo a necessidade da presença de protagonistas e sujeitos líricos representativos de diferentes identidades e origens étnico-raciais. Todavia, verificamos, também, que não obstante interditar qualquer forma de preconceito manifesto: o citado edital nada diz sobre o preconceito velado, e não enfatiza a necessidade do material didático promover discussões mais aprofundadas acerca das temáticas, deixando brechas para que os marcadores de raça/etnia e sexo/gênero estejam presentes apenas de forma protocolar – ou seja, sem que se problematize a existência de desigualdades socialmente construídas e sem explorar as interseccionalidades cotidianamente encontradas.

Reflexos disso aparecem nas duas obras analisadas. Na primeira, cujo tema era a relação humanidade-ambiente, a questão da sexualidade se fez presente no capítulo 11, que versava sobre reprodução humana. Contudo,



apesar de tal presença - com boa exploração dos aspectos anatomofisiológicos implicados, e informações adequadas e atuais sobre os diferentes métodos de reprodução - verificamos que as dimensões afetiva e política da sexualidade receberam mínimo espaço. Na mesma obra, outros descritores da diferença estiveram pouco presentes, apontando para a ausência de um exercício de reconhecimento das desigualdades interseccionadas.

O segundo livro que foi analisado tinha como tema o universo e a evolução, razão pela qual prevíamos que nele estivesse presente o conceito biológico de raça, bem como conteúdo atualizado sobre a inadequação de seu emprego em relação à espécie *H.s.s.* De fato, o material apresentou discussão de conteúdo relacionado ao racismo, mas o fez trazendo um texto complementar em que se problematiza usos ideológicos da noção de raça, e disponibilizando um *link* cujo acesso permite ampliar tal reflexão. Ou seja, o aprofundamento da temática ficou dependente do interesse do aluno de explorar o material complementar.

Em conclusão, o que à primeira vista pode figurar como omissões do livro didático é, antes, um reflexo de lacunas deixadas a descoberto no Edital. Fato este que merece ser discutido posto que, face à branquitude e a concepção patriarcal historicamente arraigadas na sociedade brasileira, a problematização das desigualdades justificadas em marcadores da diferença como sexo/gênero e raça/etnia só se dará por um caminho do qual a educação escolar faça parte - incluída, portanto, a inserção transversal do debate no livro didático destinado aos jovens estudantes do Ensino Médio.

Entendemos, assim, que a pesquisa contribuiu para a área da Educação ao revelar que, ainda que de boa qualidade em diversos aspectos, o material analisado perde algumas importantes oportunidades de contribuir para a compreensão das articulações entre os marcadores da diferença, como se esta não fosse uma questão transversal, mas uma responsabilidade quase restrita de materiais destinados à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Isto posto, um dos possíveis desdobramentos, como proposta para futuras pesquisas, é a verificação de *como* os professores de Biologia se apropriam deste material e que usos fazem dele em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano; TORRES, Carlos Magno; CANTO, Eduardo Leite do; MARTHO, Gilberto Rodrigues; SOARES, Júlio Soares; LEITE, Laura Celloto Canto; FERRARO, Nicolau Gilberto; PENTEADO, Paulo Cesar Martins.

**Humanidade e Ambiente.** Coleção Moderna Plus – ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

AMABIS, José Mariano; TORRES, Carlos Magno; CANTO, Eduardo Leite do; MARTHO, Gilberto Rodrigues; SOARES, Júlio Soares; LEITE, Laura Celloto Canto; FERRARO, Nicolau Gilberto; PENTEADO, Paulo Cesar Martins. **Universo**



**e Evolução.** Coleção Moderna Plus – ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BRAH, Avthar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, pp. 329-376. 2006.

BRANDÃO, Elaine Reis Brandão; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 100-123, 13 abr. 2018.

BRASIL. **Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, Brasília, MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos – PNLD-EM 2021.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Temas Transversais - Orientação Sexual/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 52 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Marcos (Orgs.). **Meu encontro com os outros: memórias de José Albuquerque, pioneiro da sexologia no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

CELLARD, André. A pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

FERREIRA, Gustavo Donizete da Matta; MÁRQUES, Fernanda Telles. A questão étnico-racial no livro didático de História do 8º e do 9º ano do ensino fundamental. **Educação em Foco**, v. 27, n. 1, p. 27025, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/37079>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Rev. Bras. Pol. Adm. Educ.**, v. 27, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999. 264p.

MÁRQUES, Fernanda Telles. À flor da pele: quando uma etnografia da violência escolar encontra o racismo estrutural brasileiro. **REXE- Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, v. 21, n. 46, p. 171-189, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rexe/v21n46/0718-5162-rexe-21-46-171.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MÁRQUES, Fernanda Telles. Cordeiro em pele de lobo? Reflexões sobre gênero e diversidade sexual no volume 10.6 dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. **Temática**, v. 18, n. 3, mar./2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/62338/35115>. Acesso em: 15 nov. 2022

MATEUS, Iuri Oliveira; MÁRQUES, Fernanda Telles. Para além da dimensão anatomofisiológica? notas sobre a abordagem da sexualidade no livro didático de Ciências. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/02/abordagem-sexualidade-ciencias.html>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, p.7-32.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 68, p. 11-33, jan./mar. 2011

PNLD. Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Edital de Convocação PNLD 03/2019.

RODRIGUES, Giovanna Pereira; MÁRQUES, Fernanda Telles. Sexo, gênero e diversidade sexual em livros didáticos de História e de Ciências do ensino fundamental II. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 9, p. 1-23, jan./dez. 2022.

ROSA, Ana Cristina. **Sexualidade, gênero e diversidade no livro didático de ciências**: um estudo a partir do material adotado pela rede municipal de ensino de Uberaba, MG. Dissertação (Mestrado em Educação), PPGE, Universidade de Uberaba, 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo (1975). Recife: SOS Corpo, 1993.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Roberto Groppo (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n. 11, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975/21914>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, n. 93, Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Cleidislene Conceição; MÁRQUES, Fernanda Telles. A Educação das Relações Étnico-Raciais no(s) governo(s) Dilma - Temer. **Identidade!**, v.27, p.356 - 380, 2022. Disponível em: [https://revistas.est.edu.br/periodicos\\_novo/index.php/Identidade/article/view/2267/1893](https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/2267/1893). Acesso em 20 jun. 2022.

VIANA, Nildo. Raça e Etnia. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; VIANA, Nildo. **Capitalismo e questão racial**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

Recebido em: 03 de agosto de 2023.  
Aceito em: 16 de novembro de 2023.  
Publicado em: 03 de janeiro de 2024.